



NORMATIVA CONCIDADE E CMMA 01/2014

SÚMULA: Dispõe sobre o disciplinamento das instalações de atividades que geram resíduos de óleo, graxa, provenientes de derivados de petróleo e de produtos químicos utilizados em lavagens, como oficinas mecânicas, postos de lavagem de veículos, postos de abastecimento de combustíveis, ou outras atividades afins.

O Conselho do Plano Diretor - Concidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei do Plano Diretor – Lei Complementar 16/2006, Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo N. 46/2014 e Lei de Criação do Conselho do Plano Diretor do Município de Guarapuava N. 1882/2010 e o Conselho Municipal de Meio Ambiente no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Código Ambiental Municipal Lei 038/13:

RESOLVE

Dispor sobre o disciplinamento das instalações de atividades que geram resíduos de óleo, graxa, provenientes de derivados de petróleo e de produtos químicos utilizados em lavagens, como oficinas mecânicas, postos de lavagem de veículos, postos de abastecimento de combustíveis, ou outras atividades afins.

Art. 1º- Constitui obrigação dos postos de lavagem de veículos, dos postos de abastecimento de combustíveis, concessionárias, das revendas de veículos que possuem lavagem de carros, oficinas mecânicas e/ou outras atividades que geram resíduos de óleo, graxa, derivados de petróleo e ainda de produtos químicos utilizados em lavagens a promoção de medidas de prevenção, tratamento e saneamento básico, essenciais ao meio ambiente, sendo que no exercício de suas atividades ficam obrigados a cumprir determinações legais e regulamentares, bem como recomendações, vedações e interdições ditadas pelas autoridades ambientais, sanitárias e outras competentes e o disposto nesta normativa.



Art. 2º – As atividades relacionadas serão regidas pelas resoluções CONAMA, pelo Código Ambiental Municipal e demais legislações ambientais pertinentes além do disposto nesta normativa.

Art. 3º - Quando da implantação ou regularização das referidas atividades será permitido o lançamento dos efluentes devidamente tratados, na rede de galerias pluviais, conforme sistema de tratamento de efluentes apresentado junto a plano de controle ambiental devidamente aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMAG.

Parágrafo Único: Para o licenciamento referente a oficinas mecânicas que implique em lavagem de autopeças, lavadores de veículos pesados e postos de abastecimento e/ou quaisquer lavadores localizados em área anexa às áreas de preservação ou nas micro bacias de influencia das unidades de conservação não será permitido o lançamento do efluente na rede de galerias de águas pluviais, devendo ser apresentado projeto que contemple a reutilização da água residuária e seu tratamento no próprio estabelecimento, além das demais disposições desta normativa.

Art. 4º - O projeto técnico a ser aprovado e executado, com relação ao lançamento da água residuária na rede de galeria de águas pluviais, deverá prever sistema de tratamento devidamente elaborado por profissional habilitado, responsável pelo sistema, e deverá conter no mínimo:

I - decantador/desarenação,

II - caixa separadora de óleo e filtro,

III - placas coalescentes,

IV - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)

V - Para o tratamento do esgoto sanitário, no caso de não existir rede coletora, é obrigatório o reuso.

Art. 5º - As atividades relacionadas deverão possuir cobertura sobre toda a área de serviços e canaletas de captação e condução para dar garantia de que as águas



residuárias sejam conduzidas até o sistema de tratamento de efluentes implantado no estabelecimento, não sendo admitido o uso de áreas não cobertas e ainda áreas como calçadas e vias públicas.

Parágrafo Primeiro: As canaletas deverão ser ligadas ao sistema de tratamento a uma distância de pelo menos 50 centímetros para dentro da cobertura, sendo que o projeto hidráulico deve prever a separação das águas pluviais daquelas provenientes do sistema de tratamento de efluentes.

Parágrafo Segundo: A área de trabalho das atividades relacionadas deverão ser providas de revestimento impermeável, sem apresentação de rachaduras e/ou fissuras.

Art. 6º – Os resíduos (líquidos e sólidos) provenientes das caixas separadoras são de responsabilidade do gerador do mesmo, que deverá providenciar os meios de acondicionamento e destinação final de acordo com disposições estabelecidas por legislação ou pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo Único: Os resíduos sólidos deverão ser coletados por empresas especializadas que darão destino ambientalmente correto a estes, sendo que o responsável pela atividade deverá apresentar a cada renovação do alvará de licença de funcionamento, atualização do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e o relatório de destinação final dos resíduos, com os respectivos comprovantes de coleta.

Art. 7º – A liberação do Alvará de Funcionamento fica condicionada ao Licenciamento Ambiental.

Parágrafo Único: Quando de atividades que demandem licenciamento pelo Órgão Ambiental Estadual, o Município expedirá certidão de uso e ocupação do solo e anuência ambiental municipal, sendo que as demais diretrizes deverão ser analisadas e aprovadas pelo Órgão Ambiental Estadual.



Art. 8º - A certidão de uso e ocupação do solo, expedida pela Secretaria de Habitação e Urbanismo, para a permissão da instalação das atividades relacionadas nesta normativa, segue o determinado na Legislação de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano, salvo outras determinações previstas em normativa específica.

Art. 9º - Em caso de poluição do solo e lençol freático, fica o agente poluidor obrigado a recuperar o dano causado ao meio ambiente, sendo obrigado a apresentar e executar projeto de recuperação de área degradada, com o respectivo Relatório de Passivo Ambiental, conforme determinar o Órgão Ambiental competente.

Art. 10 – Deverá fazer parte do processo do licenciamento, quando da previsão de utilização de recursos hídricos naturais, a apresentação da outorga prévia e de direito de uso de recursos hídricos expedida pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo Único – Quando o estabelecimento for se utilizar de recursos hídricos naturais para captação, deverão ser observadas as legislações pertinentes quanto às faixas não edificáveis e de proteção.

Art. 11 – Os produtos químicos derivados dos materiais utilizados na lavagem, como xampus, ceras e outros devem ser àqueles orientados e sugeridos pelos órgãos ambientais competentes, mediante prévia aprovação das informações contidas no plano de controle ambiental e memorial descritivo das operações, materiais e equipamentos a serem utilizados.

Art. 12 - Os estabelecimentos referidos nesta normativa que não providenciarem os projetos e sua execução de acordo com o estabelecido serão notificados e autuados de acordo com legislações pertinentes, tendo como referência para o Município, o que estabelece o código de posturas municipal, o código ambiental e outras legislações que couberem.



Art. 13 – O prazo para a adequação dos empreendimentos já existentes corresponde ao do vencimento do alvará de funcionamento já expedido, sendo facultado ao Município a aceitação de Plano de Ajuste com devido cronograma a ser aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, de prazo máximo de 4 anos, após a publicação desta normativa.

Art. 14 – A lavagem de veículos é permitida somente em locais devidamente licenciados pelos órgãos ambientais.

Parágrafo Único: Deverão ser adotadas ações educativas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de forma a orientar e coibir a lavagem doméstica de veículos.

Art. 15 – Esta Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Concidade e CMMA, aos 08 dias do mês de julho de 2014.

Flávio Alexandre
Presidente Concidade

Celso Alves de Araújo
Presidente do CMMA